A VOZ DO DESPORTO

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

Plano de Atividades e Orçamento 2027

NOVEMBRO 2026

A VOZ DO DESPORTO
CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

Plano de Atividades e Orçamento 2027

Aprovado na Assembleia-Geral ordinária da Confederação do Desporto de Portugal de 23.11.2026

NOVEMBRO 2026

FICHA TÉCNICA

A VOZ DO DESPORTO

Título:
Plano de Atividades e Orçamento 2027 da CDP

Proprietário e Editor:
Confederação do Desporto de Portugal
Rua Eduardo Augusto Pedroso, 11-A
1495-047 Algés
PORTUGAL
tel. +351 214 113 975
cdp@cdp.pt | www.cdp.pt

Direção e Coordenação:
Direção da CDP

Colaboração:
Órgãos Sociais da CDP
Estrutura Profissional da CDP

Fotografia:
Arquivo CDP

Publicação:
Novembro 2026 (aprovado em AG, no dia 23.11.2026)

© Todos os direitos reservados à CDP

ÍNDICE

1. INSTITUCIONAL **8**

Mensagem do Presidente **9**

A Confederação do Desporto de Portugal **13**

Órgãos Sociais 2023-2027 **14**

Federações filiadas: a razão de existir da Confederação do Desporto de Portugal **16**

Posicionamento estratégico **20**

2. ATIVIDADES **24**

Reforço de serviços do Balcão das Federações **24**

Lançamento do Balcão dos Clubes **26**

Formar para crescer **28**

Reforçar a presença das Federações no Espaço Público **30**

Estudo de impacto económico do Desporto em Portugal **34**

Portugal de Norte a Sul: A Voz dos Clubes **36**

Operacionalização do Centro de Estudos **40**

Consolidar o papel estratégico da CDP no panorama político **42**

Diagnóstico da realidade desportiva nacional **43**

Os objetivos e as reformas que se impõem **44**

Valorizar o Desporto como instrumento de política e coesão social **48**

O Desporto português próximo das instituições europeias e da CPLP **50**

Projetos europeus, cooperação internacional e participação na ENGSO **50**

A CPLP e a Lusofonia **51**

Celebrar os êxitos desportivos concedendo-lhes visibilidade mediática **54**

3. ORÇAMENTO **56**



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O futuro do Desporto português decide-se, todas as semanas, nos pavilhões, nas piscinas, nas pistas e nos campos onde os clubes trabalham e as federações organizam as suas competições. É aí que muitas crianças começam a praticar Desporto, que os jovens encontram razões para continuar e que se formam os atletas que um dia representarão Portugal. Quando faltam condições para manter um escalão ou organizar uma competição perto de casa, é o acesso à prática desportiva que fica comprometido.

É a partir desta realidade que apresento o Plano de Atividades e Orçamento da Confederação do Desporto de Portugal para 2027. Representamos 67 federações desportivas e temos a responsabilidade de levar as suas prioridades aos centros de decisão. Fá-lo-emos com independência, disponibilidade para o diálogo e firmeza na defesa das posições que construímos em conjunto. Queremos que o movimento federativo participe na definição, na execução e na avaliação das políticas públicas para o Desporto.

A primeira prioridade é o financiamento. As federações precisam de saber, com antecedência, com que recursos podem contar para preparar épocas desportivas, organizar competições nacionais, regionais e locais e assegurar a participação internacional das seleções nacionais. Quando o apoio à atividade regular cresce abaixo da inflação, perde-se capacidade para responder ao aumento dos custos de transporte, das deslocações e da organização das provas. Essa perda sente-se sobretudo onde há menos alternativas para praticar e competir.

Defendemos, por isso, um modelo de financiamento plurianual, com critérios transparentes e recursos adequados às responsabilidades das federações. Reiteramos a proposta de criação de um Fundo de Desenvolvimento Desportivo, financiado pela afetação de 7,5% da receita do Imposto Especial de Jogo Online, através da revisão do Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online. Continuaremos também a defender a concretização das propostas de reforma fiscal apresentadas pela CDP e a revisão do Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário. Quem assume a responsabilidade de dirigir um clube ou uma federação precisa de condições para conciliar esse compromisso com a sua vida profissional e pessoal.

A execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo será acompanhada com a mesma exigência. As medidas precisam de calendário, financiamento e resultados que possam ser avaliados. Entre as prioridades que defendemos estão a valorização da Educação Física, a ligação entre o Desporto Escolar e o Federado e o reforço das competições de proximidade, de âmbito nacional, regional e local. Alargar a prática desportiva exige criar oportunidades para começar e condições para continuar, sobretudo nas idades em que mais jovens deixam de praticar.

Em 2027, a CDP percorrerá todos os distritos e as duas regiões autónomas com o roteiro Portugal de Norte a Sul: A Voz dos Clubes. Vamos ouvir os clubes, reunir com autarquias e conhecer as condições em que o trabalho é feito em cada território. Desse percurso resultará um diagnóstico acompanhado de propostas, que apresentaremos ao Presidente da República, ao Governo e aos partidos com assento parlamentar. Em paralelo, reforçaremos os serviços do Balcão das Federações e lançaremos o Balcão dos Clubes, em articulação com os municípios, para dar resposta a necessidades concretas de apoio à gestão e de acesso a financiamento.

Avançaremos também com o Estudo de Impacto Económico do Desporto em Portugal, com o apoio do Turismo de Portugal e o envolvimento das federações. Queremos quantificar o contributo do setor para a criação de valor, o emprego e o turismo. Portugal precisa de conhecer melhor o valor que o Desporto gera para decidir onde e como investir e para avaliar o retorno desse investimento.

Ser A Voz do Desporto é levar à decisão política aquilo que se conhece no terreno e defender, com as federações, as medidas que daí resultam. É esse o compromisso que assumo para 2027. A política desportiva deve ser avaliada pelas condições que cria para que mais pessoas possam praticar, para que os clubes possam manter essa oferta e para que as federações possam planear o seu trabalho com estabilidade.

Daniel Monteiro

DANIEL MONTEIRO

Presidente da Confederação do Desporto de Portugal





A CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

Fundada em 1993, a Confederação do Desporto de Portugal é uma organização não governamental, de direito privado e sem fins lucrativos, com Estatuto de Utilidade Pública desde 2009.

A CDP congrega 67 federações desportivas nacionais, prestando-lhes apoio e atuando no sentido de concertar os seus interesses, na representação do Desporto junto dos parceiros sociais e políticos, perante o Estado, a União Europeia e os organismos congéneres de outros países.

MISSÃO

Intervir na política desportiva nacional e participar nas orientações estratégicas desportivas em geral, como parceiro social, junto do Estado, com base na defesa do direito ao Desporto como fator essencial de desenvolvimento integral da pessoa humana.

VISÃO

Contribuir para um desenvolvimento efetivo e sustentável dos índices de atividade física e de prática desportiva a nível nacional.

VALORES

A Visão, a Missão e todas as atividades promovidas pela CDP são sustentadas em valores como a solidariedade, a transparência e a ética.Órgãos Sociais 2023-2027

ÓRGÃOS SOCIAIS 2023–2027

ASSEMBLEIA GERAL

- **PRESIDENTE** — Miguel Teixeira***
- **VICE-PRESIDENTE** — João Silva
- **SECRETÁRIO** — Jacinto Nunes

DIREÇÃO

- **PRESIDENTE** — Daniel Monteiro
- **VICE-PRESIDENTE** — Ana Vital Melo*
- **SECRETÁRIO-GERAL** — Carlos Dias Ferreira
- **DIRETOR** — Gonçalo Saldanha
- **DIRETOR** — Miguel Salema Garção**
- **DIRETOR** — António Branco
- **DIRETOR** — Eugénio Almeida

*Renunciou ao cargo a 24.10.2024.
**Por razões profissionais, renunciou ao cargo a 31.12.2024.
*** Por razões profissionais, renunciou ao cargo a 14.05.2026.

CONSELHO FISCAL

- **PRESIDENTE** — Luís Ferreira
- **VOGAL** — Paulo Pinto da Silva
- **VOGAL** — Carlos Dias
- **VOGAL SUPLENTE** — João Maia
- **VOGAL SUPLENTE** — Domingos Massena

CONSELHO JURÍDICO

- **PRESIDENTE** — Luís Paulo Relógio
- **RELATORA** — Matilde Dias
- **RELATOR** — Bruno Alves
- **RELATORA** — Alexandra Coelho
- **RELATORA** — Sabrina Amorim

FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

Federação Académica do Desporto Universitário

Federação de Andebol de Portugal

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

Federação de Desportos de Inverno de Portugal

Federação de Ginástica de Portugal

Federação de Jiu-jitsu e Disciplinas Associadas de Portugal

Federação de Motociclismo de Portugal

Federação de Patinagem de Portugal

Federação de Triatlo de Portugal

Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal

Federação Equestre Portuguesa

Federação Nacional de Karaté

Federação Nacional de Squash

Federação Portugal Taekwondo

Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas

Federação Portuguesa de Aeromodelismo

Federação Portuguesa de Aeronáutica

Federação Portuguesa de Aikido

Federação Portuguesa de Atletismo

Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas

Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting

Federação Portuguesa de Badminton

Federação Portuguesa de Basquetebol

Federação Portuguesa de Bilhar

Federação Portuguesa de Boxe

Federação Portuguesa de Bridge

Federação Portuguesa de Canoagem

Federação Portuguesa de Ciclismo

Federação Portuguesa de Columbofilia

Federação Portuguesa de Corfebol

Federação Portuguesa de Cricket

Federação Portuguesa de Damas

Federação Portuguesa de Dança Desportiva

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

Federação Portuguesa de Escalada de Competição

Federação Portuguesa de Esgrima

Federação Portuguesa de Futebol

Federação Portuguesa de Golfe

Federação Portuguesa de Hóquei

Federação Portuguesa de Judo

Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai

Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo

Federação Portuguesa de Lutas Amadoras

Federação Portuguesa de Minigolfe

Federação Portuguesa de Motonáutica

Federação Portuguesa de Natação

Federação Portuguesa de Orientação

Federação Portuguesa de Padel

Federação Portuguesa de Paraquedismo

FEDERAÇÕES FILIADAS:

A RAZÃO DE EXISTIR DA CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno

Federação Portuguesa de Pesca Desportiva

Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar

Federação Portuguesa de Petanca

Federação Portuguesa de Remo

Federação Portuguesa de Rugby

Federação Portuguesa de Sumo

Federação Portuguesa de Surf

Federação Portuguesa de Ténis

Federação Portuguesa de Ténis de Mesa

Federação Portuguesa de Tiro

Federação Portuguesa de Tiro com Arco

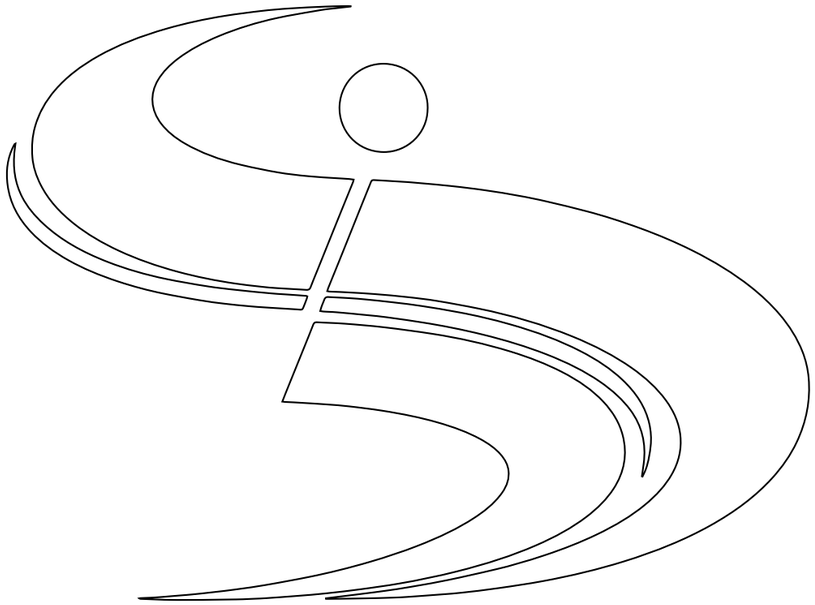
Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça

Federação Portuguesa de Vela

Federação Portuguesa de Voleibol

Federação Portuguesa de Voo Livre

Federação Portuguesa de Xadrez



POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Do cruzamento entre a natureza/missão da CDP e os princípios que norteiam a atividade diária da Instituição, imprimida pela atual Direção, pretende-se ***continuar a operacionalizar o modelo de organização e de relacionamento com o movimento associativo desportivo adotado no início do mandato, com o Estado e com a sociedade portuguesa***, em geral.

O posicionamento estratégico de uma estrutura está na base daquilo a que a mesma se propõe alcançar, a curto, médio e longo prazo. Na ambição dos seus principais intervenientes está uma perspetiva de obtenção de resultados, inicialmente propostos, apresentando-se em objetivos e ações estratégicas reflexo dos objetivos da Direção.

O Plano de Atividades para 2027 assume como premissa base o potencial do Desporto português, com impactos reconhecidos a nível social, educativo, económico e de saúde.

A CDP pretende dar continuidade ao ***processo de reforço da sua intevenção***, nomeadamente como:

- Um agente decisivo na construção das políticas públicas, como parceiro social do Estado em matéria desportiva;
- Uma marca credível e com notoriedade;
- Um produto diferenciador e de valor acrescentado, com participação ativa e pela positiva, na construção de propostas e orientações políticas, consideradas chave, para o desenvolvimento desportivo nacional.

Consequentemente, revela-se fundamental estabelecer desde já os objetivos gerais que irão nortear as atividades a desenvolver pela CDP, a saber:

- O reforço e consolidação da capacidade de intervenção da CDP como "A Voz do Desporto", concertando as respetivas posições políticas com as Federações desportivas filiadas, e adaptando/ajustando a estrutura profissional da CDP para uma melhor resposta às exigências colocadas nesta área;
- A manutenção da coordenação do Movimento Associativo Desportivo na tomada de posição, tendo por base o modelo de desenvolvimento desportivo nacional;
- A promoção ativa da atividade física e da prática desportiva, oferecidas com segurança e qualidade, como um dos principais veículos de melhoria da qualidade de vida numa sociedade moderna;
- O reforço dos mecanismos de interligação e a criação de sinergias entre as Federações desportivas e entre estas e a CDP;
- A melhoria do nível e do profissionalismo das atividades oferecidas pelas Federações desportivas aos seus clubes, atletas e restantes agentes desportivos;
- O reforço da visibilidade do Desporto nacional, promovendo a autoestima nacional e a aproximação da sociedade em geral ao Desporto;
- A promoção da qualificação dos agentes desportivos, com vista a um melhor desempenho da sua ação diária no contexto desportivo.



REFORÇAR O COMPROMISSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FEDERAÇÕES E CLUBES

REFORÇO DE SERVIÇOS DO BALCÃO DAS FEDERAÇÕES

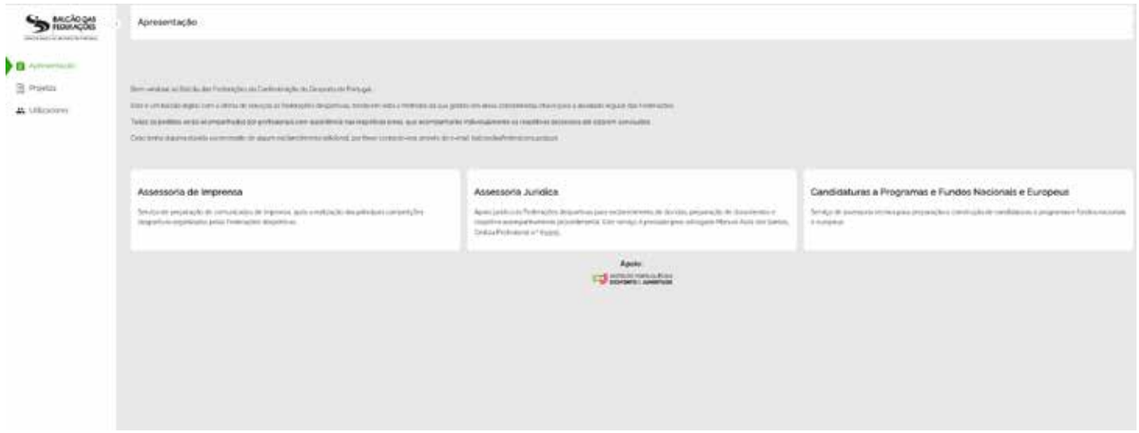
A Confederação do Desporto de Portugal pretende ***alargar o campo de ação do Balcão das*** Federações, lançado em fevereiro de 2025. Este serviço pretende dar resposta à necessidade de modernização e profissionalização das Federações desportivas. Através de serviços de assessoria jurídica, assessoria de imprensa e apoio técnico à preparação de candidaturas a fundos de financiamento, a CDP disponibilizou às Federações recursos especializados de apoio à sua atividade diária.

Na sequência do levantamento de necessidades realizado junto das Federações ao longo de 2026, em 2027 pretende-se ***alargar a oferta do Balcão das Federações, através da disponibilização de novos serviços.***

A CDP não é alheia às restrições financeiras que as organizações desportivas enfrentam na atualidade e, por isso, considera de extrema importância reforçar os serviços existentes no Balcão, alargando-os também a outros campos de ação.

O objetivo é contribuir para Federações mais capacitadas, modernas e profissionalizadas, dotando-as de melhores condições para responder aos desafios atuais e futuros do sistema desportivo nacional.

Para 2027, o lançamento do Manual do Dirigente Associativo Desportivo assume-se igualmente como uma das prioridades da Confederação do Desporto de Portugal, representando um instrumento de apoio, orientação e capacitação dos dirigentes do movimento associativo desportivo. Esta publicação terá como objetivo reunir e sistematizar um conjunto de informações, orientações e boas práticas essenciais ao exercício de funções dirigentes, com particular enfoque nos novos responsáveis que assumem funções nas estruturas federativas. Entre as matérias a abordar estarão os enquadramentos administrativos, jurídicos e regulamentares, os procedimentos de gestão e organização institucional, o relacionamento com a tutela e demais entidades públicas, bem como a articulação com parceiros, patrocinadores e outros agentes do setor. Este Manual pretende constituir uma ferramenta prática de referência, contribuindo para uma maior preparação dos dirigentes, para a qualificação da gestão das estruturas desportivas e para o fortalecimento do movimento associativo desportivo.





LANÇAMENTO DO BALCÃO DOS CLUBES

O Balcão dos Clubes é uma plataforma digital de relação entre a Confederação do Desporto de Portugal e os Clubes Desportivos, em que estes têm acesso a serviços de suporte à sua atividade regular e diária.

O objetivo desta plataforma digital de apoio é o de apoiar ativamente os clubes desportivos em áreas de suporte, consideradas deficitárias, e às quais a Confederação do Desporto de Portugal responderá, através dos seus colaboradores e prestadores de serviços.

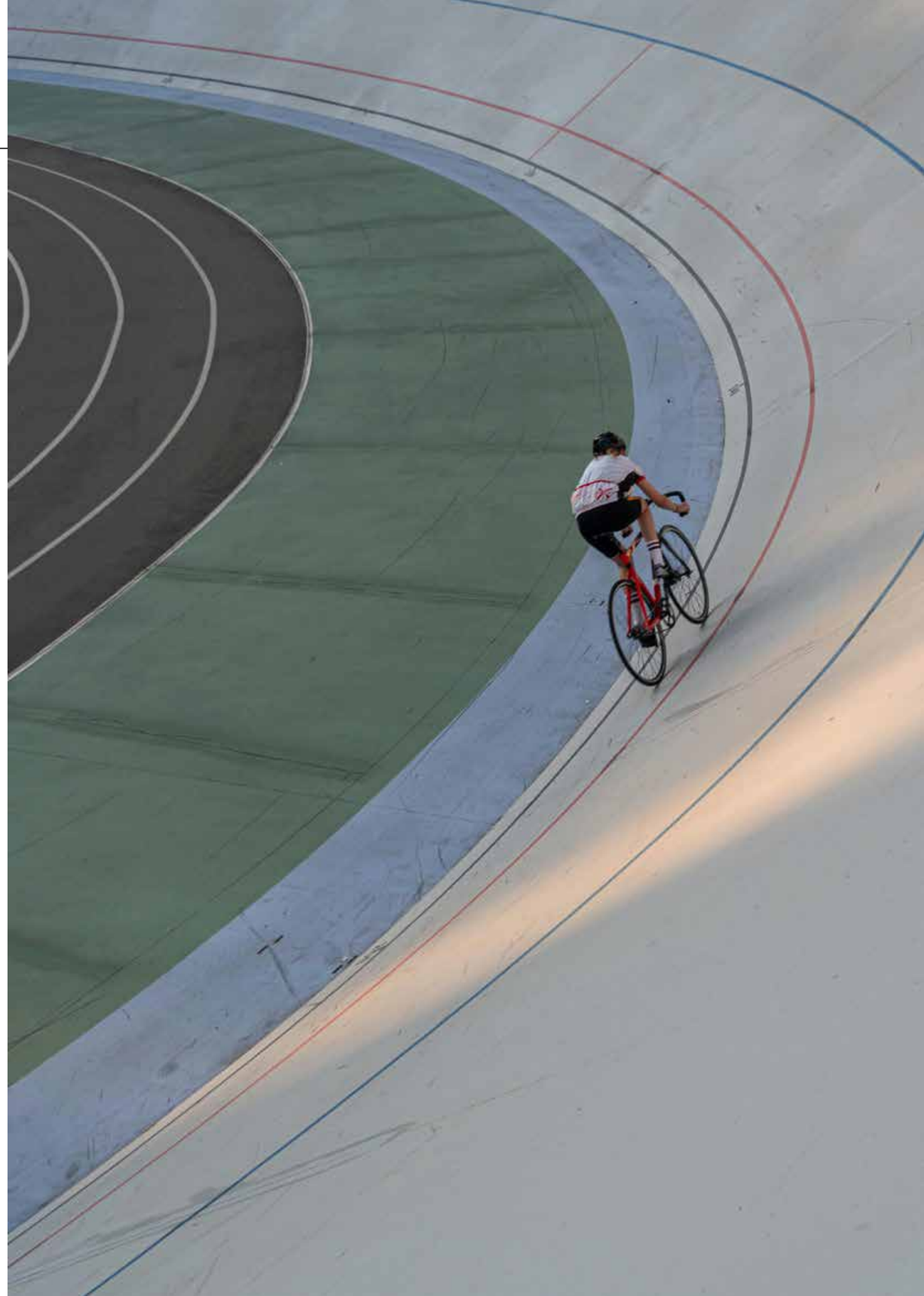
De acordo com o levantamento efetuado, junto das Federações desportivas, das Autarquias e de outras entidades e agentes do setor com relação direta ou indireta com o meio associativo, foi possível identificar que a Assessoria Técnica para candidaturas a Fundos é a principal área de suporte à atividade dos clubes desportivos com défice de recursos próprios nas respetivas estruturas internas.

É aqui que o Balcão dos Clubes vai atuar, disponibilizando o serviço às autarquias para que estas o coloquem ao serviço dos seus clubes, sendo depois a CDP responsável pela resposta personalizada a todos os pedidos, à imagem do que é feito, atualmente, no Balcão das Federações.

Atualmente, encontram-se em curso contactos com mais de uma dezena de Autarquias, estando previsto que várias delas iniciem a utilização do Balcão dos Clubes já durante o mês de janeiro de 2027.

BALCÃO DOS CLUBES

CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL



FORMAR PARA CRESCER

Em 2027, a Confederação do Desporto de Portugal dará continuidade à sua intervenção na formação e capacitação dos agentes desportivos, procurando responder a necessidades comuns às federações, clubes e demais organizações do setor. Esta intervenção deverá valorizar o papel agregador da CDP e complementar a formação desenvolvida pelas entidades com competências próprias em cada modalidade.

A CDP pretende aprofundar o estudo de evolução do atual Centro de Formação para um modelo de Escola de Formação – Sports School, com identidade e proposta formativa próprias. Mais do que uma mudança de marca, esta orientação visa organizar uma oferta transversal, regular e reconhecida, centrada em competências úteis para a gestão, o desenvolvimento e a sustentabilidade das organizações desportivas. A definição do modelo e das condições de implementação será desenvolvida em 2027, de forma gradual e ajustada aos recursos disponíveis.

A futura oferta poderá abranger governação e gestão associativa, planeamento e financiamento, comunicação, inovação e transformação digital, igualdade de oportunidades, inclusão, integridade e salvaguarda, entre outras matérias de interesse comum. Não se pretende substituir o ensino superior nem a formação técnico-desportiva especializada das federações, mas criar oportunidades complementares de atualização, partilha de experiências e qualificação de dirigentes, trabalhadores, voluntários e outros agentes do Desporto, incluindo jovens e grupos sub-representados.

Será privilegiada a construção de parcerias com instituições de ensino superior para os conteúdos formativos e as autarquias e entidades representativas de setores profissionais, bem como com outros parceiros que acrescentem conhecimento e capacidade de intervenção. O desenvolvimento de novos conteúdos e de uma plataforma digital de apoio à formação, conjugando formatos presenciais, online e híbridos, será analisado no âmbito deste processo de renovação.

Em articulação com o Balcão dos Clubes e com os municípios, ***a CDP procurará promover sessões descentralizadas de capacitação dirigidas a clubes, dirigentes e técnicos municipais, dando resposta a necessidades práticas de organização, gestão e acesso a recursos.*** Esta ligação territorial permitirá aproximar a oferta das estruturas locais e reforçar a complementaridade entre serviços de apoio e formação.

A atividade formativa poderá ainda integrar encontros de partilha de conhecimento e debate sobre desafios transversais do Desporto, com participação das federações, especialistas e parceiros nacionais e internacionais. Neste contexto, será avaliada a realização de um fórum dedicado à participação dos jovens na governação desportiva.

Em paralelo, prosseguirá a execução do projeto de formação financiada no âmbito do ***Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)***, aprovado na sequência de candidatura apresentada em 2024 e com atividade iniciada em 2025. Em 2027, último ano de execução previsto, serão desenvolvidas ações modulares certificadas nas regiões Norte, Centro e Alentejo, orientadas para a melhoria das competências e qualificações dos participantes, de acordo com as condições de financiamento aprovadas.



REFORÇAR A PRESENÇA DAS FEDERAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO

A Confederação do Desporto de Portugal dará continuidade à publicação de artigos de opinião dos Presidentes das Federações Desportivas no jornal *Record*, mantendo este espaço semanal de intervenção e reflexão dedicado às principais questões que marcam a realidade desportiva nacional. Esta iniciativa permite continuar a dar visibilidade à visão, às prioridades e às preocupações das diferentes modalidades, valorizando o conhecimento e a experiência de quem lidera o movimento federativo português.

Através desta colaboração, a CDP pretende continuar a afirmar a pluralidade de perspetivas do setor, promover o debate público sobre os desafios e as oportunidades do Desporto e reforçar a presença das Federações nos órgãos de comunicação social.

Este espaço de opinião permite dar voz aos seus representantes, aproximar o Desporto da sociedade e consolidar a missão da Confederação enquanto A Voz do Desporto.



OPII

VOZ DO DESPORTO

Pedro Flávio Martins
Presidente da Federação de Desp. de Inverno de Portugal

Milão-Cortina: percurso sustentado

Portugal prepara-se já a partir de 6 de fevereiro, para marcar presença nos Jogos

ira
026

VOZ DO DESPORTO

Ricardo Oliveira
Presidente da Federação Portuguesa de Padel

O futuro do padel constrói-se hoje

O FIP Junior Euro Padel Cup 2026 terminou e Portugal consolidou-se no lote das quatro melhores nações eu-

VOZ DO DESPORTO

Cândido Barbosa
Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo

Uma Volta que nunca esqueceremos

Chegámos ao final de uma Volta a Portugal que ficará para sempre na nossa memória. Há pouco mais de três me-

VOZ DO DESPORTO

Susana Pagará de Campos
Secretária-Geral da Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça

O que não se vê também faz Portugal crescer

Portugal reafirmou a sua capacidade para organizar grandes eventos internacionais com o 48.º Campeonato do Mundo de Percurso de

4 de agosto de 2026

VOZ DO DESPORTO

António Barros
Presidente da Federação Portuguesa de Vela

Volta a Portugal à Vela

Passadas mais de duas décadas, e quase 40 anos após a sua 1ª edição, a Volta a Portugal à Vela regressou para ficar. Ao longo de 8 etapas percorreu a

25 de

VOZ DO DESPORTO

Miguel Arrobas
Presidente da FP Natação

Prata em Paris com os olhos em 2028

Os últimos Campeonatos da Europa de Natação, em Paris, confirmaram a qualidade, a ambição e o caminho de crescimento da natação portuguesa. Nove na-

Terça-
setembro de

VOZ DO DESPORTO

Domingos Castro
Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo

Resultados que exigem futuro

O atletismo português vive um momento que nos deve orgulhar e responsabilizar. Depois dos Europeus de Birmingham com três medalhas e outros nove lugares de honra, os resultados continuam a chegar. Em Taranto, nos Jogos do Medi-

15 de

VOZ DO DESPORTO

Luís Sénica
Presidente da Federação Patinagem de Portugal

Portugal confirma excelência europeia

O Campeonato da Europa de Patinagem Artística, realizado em Ponte Di Legno, Itália, voltou a confirmar Portugal como uma das grandes referências a nível internacional. A Seleção alcançou 17 medalhas: cinco títulos europeus, seis

de setembro de 2026

VOZ DO DESPORTO

Cesaltina Conceição
Presidente da Federação Portuguesa de Petanca

A petanca portuguesa está a crescer

A Federação Portuguesa de Petanca, fundada em março de 1992, tem a sua sede em São Brás de Alportel, no Algarve, sendo a única Federação sediada a sul do Tejo. Apesar disso, a sua

REALIDADE DESPORTIVA DO PAÍS E IMPACTO ECONÓMICO DO DESPORTO

ESTUDO DE IMPACTO ECONÓMICO DO DESPORTO EM PORTUGAL

O Desporto representa uma realidade económica de dimensão significativa, cuja importância ultrapassa largamente os resultados competitivos e a atividade desenvolvida pelas organizações desportivas. A sua capacidade de gerar emprego, mobilizar investimento, dinamizar diferentes setores de atividade e contribuir para o desenvolvimento económico e social do país justifica uma análise aprofundada e sustentada do seu verdadeiro valor.

Apesar da crescente relevância do Desporto na sociedade portuguesa, continua a existir uma insuficiente quantificação do seu contributo para a economia nacional. Conhecer o impacto económico do setor, identificar as atividades que dele dependem e compreender os efeitos que produz ao longo das diferentes cadeias de valor constitui um instrumento fundamental para a sua valorização e para a definição de políticas públicas mais adequadas.

É neste contexto que ***a Confederação do Desporto de Portugal, em parceria com o Turismo de Portugal, pretende desenvolver e lançar, em 2027, o Estudo de Impacto Económico do Desporto em Portugal.*** Uma iniciativa que permitirá aprofundar o conhecimento sobre a dimensão económica do Desporto, através de uma abordagem técnica e científica, capaz de quantificar os seus contributos diretos, indiretos e induzidos para a economia portuguesa.

O estudo avaliará o impacto da atividade das Federações desportivas, associações, clubes e organizações responsáveis pela realização de eventos, considerando não apenas a atividade económica diretamente gerada, mas também os efeitos produzidos ao longo das respetivas cadeias de fornecedores e através das despesas de consumo dos trabalhadores e demais agentes envolvidos.

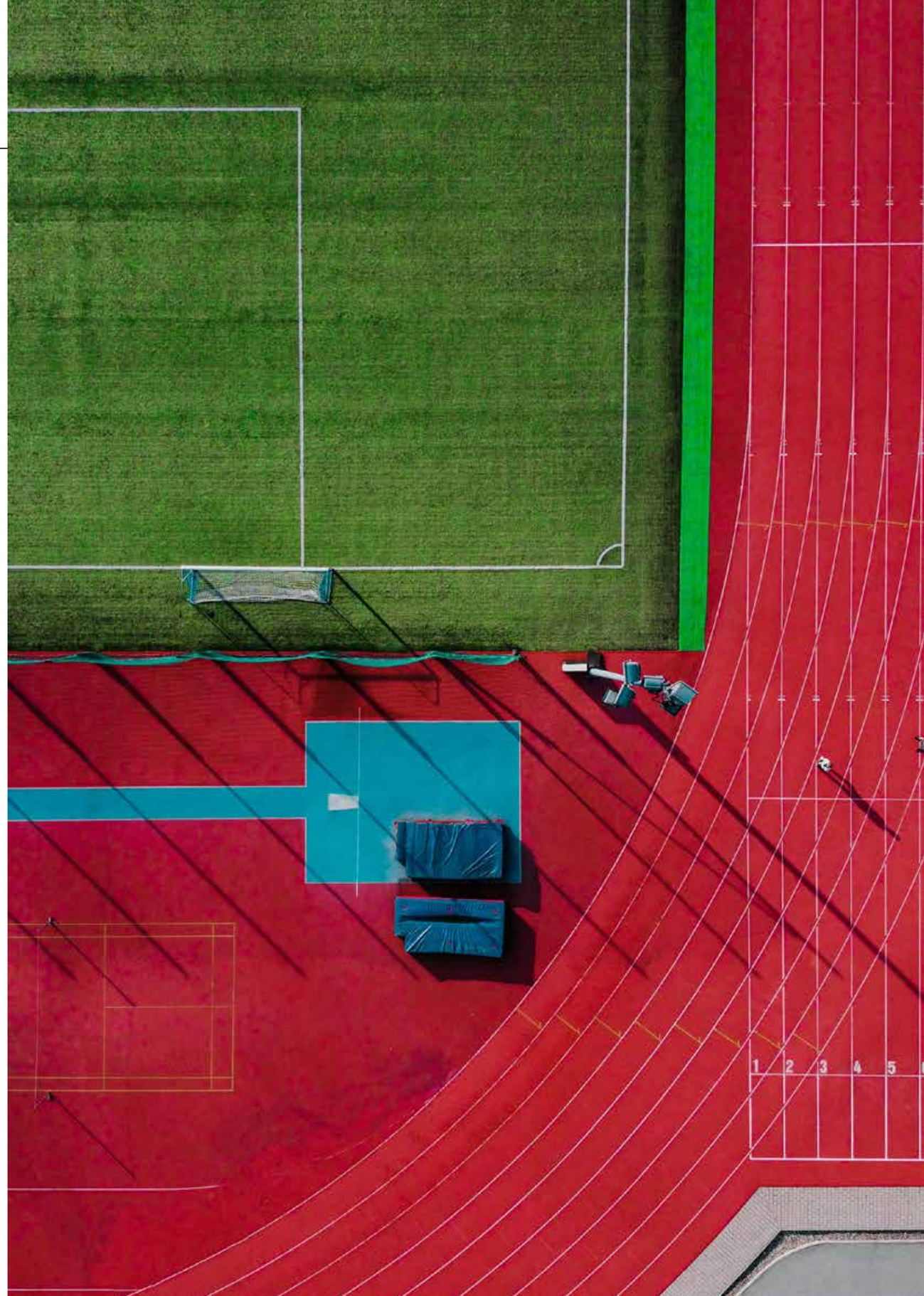
Será igualmente analisada a dimensão mais abrangente do impacto do Desporto, nomeadamente a sua relação com o Turismo, a capacidade de atração de visitantes nacionais e internacionais, a realização de eventos e estágios desportivos internacionais e a projeção de Portugal enquanto destino de acolhimento de competições e iniciativas desportivas.

Pretende-se construir um instrumento de referência para o setor, que permita demonstrar, com evidência e rigor, o valor económico gerado pelo Desporto e o retorno do investimento realizado, reforçando a sua importância junto dos decisores políticos, das instituições públicas, das empresas e da sociedade em geral.

Sintetizando, pretende-se incluir no estudo:

- Informação económica e estatística relativa à atividade do setor e às suas diferentes áreas de influência;
- Quantificação dos impactos económicos do Desporto, através da avaliação dos contributos diretos, indiretos e induzidos para o Produto Interno Bruto (PIB), Valor Acrescentado Bruto (VAB), emprego, remunerações e receita fiscal;
- Avaliação dos impactos do Desporto no Turismo, identificando a capacidade de atração de visitantes nacionais e internacionais, o impacto da realização de eventos e estágios desportivos e o contributo do setor para a internacionalização e projeção de Portugal;
- Identificação e análise de estudos de caso, que permitam demonstrar, de forma concreta, o impacto económico e turístico de iniciativas e eventos desportivos realizados em território nacional.

Finalizado o estudo, o mesmo será depois apresentado num lançamento público, através de uma iniciativa institucional de dimensão nacional, envolvendo o Governo, as Federações desportivas, entidades públicas, agentes económicos, parceiros institucionais e representantes do setor desportivo.



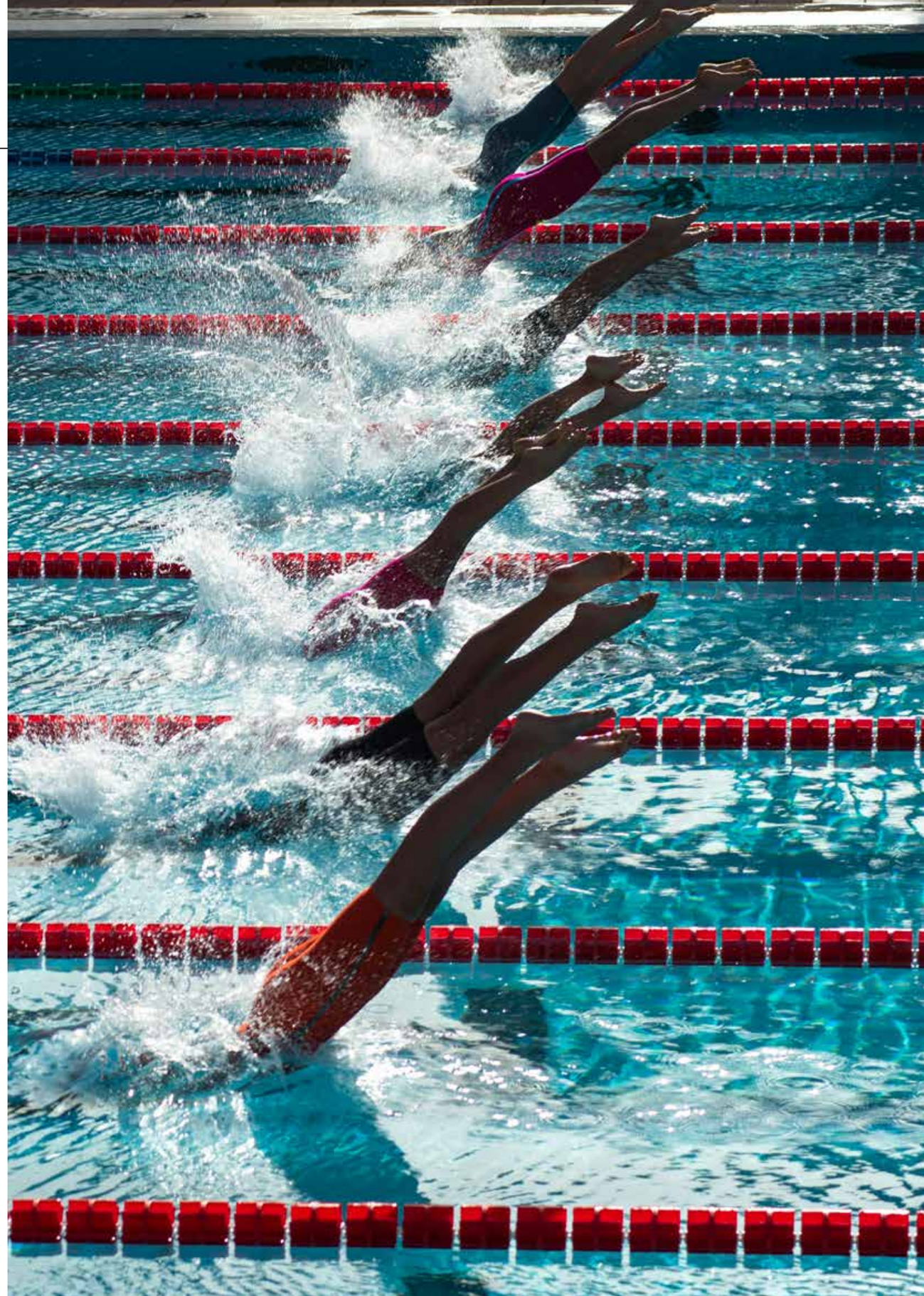
PORTUGAL DE NORTE A SUL: A VOZ DOS CLUBES

Em 2027, a Confederação do Desporto de Portugal promoverá ***A Voz dos Clubes, um roteiro nacional que percorrerá todos os distritos e as duas regiões autónomas.*** A iniciativa tem como objetivo conhecer de perto as condições em que os clubes desportivos desenvolvem a sua atividade e aproximar a intervenção da CDP das estruturas que estão na base do movimento associativo desportivo.

O roteiro incluirá visitas e reuniões com clubes, bem como encontros com autarquias e outras entidades locais com intervenção no Desporto. O diálogo no terreno permitirá identificar as principais preocupações, necessidades e propostas dos clubes, conhecer boas práticas e compreender as diferentes realidades do Desporto em cada território.

Os contributos recolhidos ao longo do roteiro serão reunidos num documento de diagnóstico e propostas sobre a realidade do movimento associativo desportivo nacional. A CDP apresentará esse documento ao Senhor Presidente da República, ao Governo e aos partidos políticos com assento parlamentar, com o objetivo de contribuir para a definição de políticas públicas que respondam às necessidades dos clubes e promovam o desenvolvimento do desporto em Portugal.





ROBUSTECER O PAPEL ESTRATÉGICO DO DESPORTO NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA

OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS

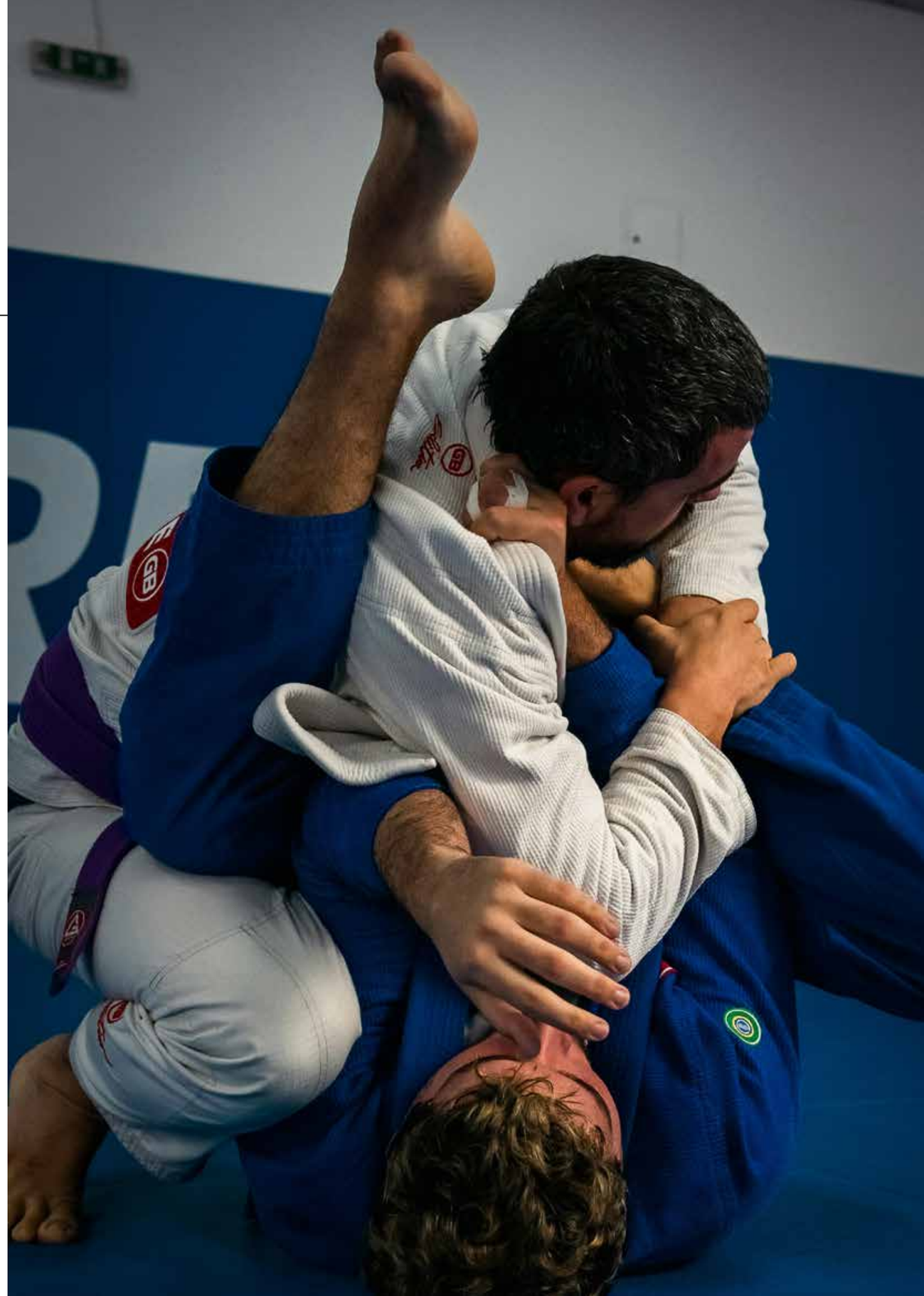
A CDP pretende dar continuidade e aprofundar o trabalho desenvolvido no sentido de reforçar a articulação entre o movimento federativo, os Clubes e as Autarquias, promovendo uma cooperação mais estreita entre estas estruturas e valorizando o papel do poder local no desenvolvimento do Desporto em Portugal. Esta intervenção procurará dar resposta às preocupações e necessidades identificadas junto dos agentes do setor, nomeadamente ao nível da definição de prioridades para o desenvolvimento desportivo local, da sustentabilidade e valorização dos Clubes, da qualificação dos seus dirigentes e da criação de condições mais favoráveis à prática desportiva nos diferentes territórios.

O ***Centro de Estudos para o Desenvolvimento Desportivo em parceria com as Autarquias*** enquadra-se como uma estrutura estratégica de investigação, reflexão e produção de conhecimento, orientada para a análise dos desafios e das oportunidades do ecossistema desportivo nacional, com particular enfoque na dimensão local e no papel das políticas municipais no desenvolvimento do Desporto.

Este Centro de Estudos procurará promover uma abordagem integrada, envolvendo a CDP, as Autarquias, as Federações Desportivas, os Clubes e as instituições de Ensino Superior, criando uma plataforma de colaboração que permita identificar necessidades, analisar diferentes realidades territoriais, sistematizar boas práticas e desenvolver propostas concretas para a valorização do movimento associativo e para o reforço das políticas públicas de Desporto.

A intervenção do Centro de Estudos assentará em três eixos fundamentais:

- **Investigação e produção de conhecimento:** desenvolvimento de estudos, diagnósticos territoriais, análises comparativas e identificação de boas práticas, contribuindo para uma melhor compreensão das necessidades e potencialidades do Desporto português.
- **Formação e capacitação:** promoção de iniciativas dirigidas a dirigentes, técnicos, Clubes e responsáveis autárquicos, reforçando competências nas áreas da gestão, planeamento e desenvolvimento desportivo.
- **Reflexão estratégica e apoio às políticas públicas:** produção de recomendações e propostas sustentadas em conhecimento técnico e científico, apoiando a definição de estratégias municipais e nacionais e promovendo uma maior integração das políticas de desenvolvimento desportivo.



CONSOLIDAR O PAPEL ESTRATÉGICO DA CDP NO PANORAMA POLÍTICO

Nos últimos anos, a intervenção política do movimento associativo desportivo tem vindo a consolidar-se, refletindo o papel agregador e estratégico da CDP. A Confederação tem desempenhado uma função essencial na concertação de posições entre as federações desportivas e na sua representação junto do Governo e de outras entidades públicas, assegurando uma participação equitativa e estruturada.

Com base nessa legitimidade representativa, cabe à CDP reforçar o envolvimento do movimento associativo na definição, execução e avaliação das políticas públicas para o setor, promovendo uma atuação conjunta e coerente. Este papel deve continuar a ser exercido numa postura proativa e construtiva, sustentada em evidência técnica, mas também reivindicativa, garantindo que o Desporto ocupa o lugar que lhe é devido nas agendas políticas e sociais.

Ao assumir esta responsabilidade, a CDP pretende reafirmar-se como parceira estratégica do Estado e das autarquias, contribuindo para uma governação mais integrada e participada do sistema desportivo.

Para isso, propõe-se a continuação da ***organização de Cimeiras de Presidentes de Federações desportivas*** com caráter regular, para discussão da realidade desportiva nacional, análise às propostas de reformas apresentadas pelo Governo e aprovação de tomadas de posição conjuntas, sobre as mais variadas matérias que envolvam o setor do Desporto. Neste âmbito, a CDP pretende promover uma Cimeira de Presidentes de Federações Desportivas com a participação e presidência do Senhor Presidente da República, estando a desenvolver diligências institucionais nesse sentido.

Tal como aconteceu em 2026, pretende-se contar com a presença dos decisores políticos nas Cimeiras, sempre que se revele pertinente. A atual organização governativa, que confere ao Desporto uma representação ministerial própria, reforça a responsabilidade de acompanhar a ação governativa e de assegurar que as prioridades identificadas pelo setor se traduzem em medidas e políticas públicas concretas.

Com o objetivo de reforçar e consolidar a valorização política do Desporto e de lhe conferir a representação que merece, como importante setor de atividade do Estado que é, ***a Confederação do Desporto de Portugal continuará a insistir na sua inclusão no Conselho Económico e Social.***

Ainda no âmbito das representações institucionais, continuará a ser assegurada a participação nos seguintes órgãos:

- Conselho Nacional do Desporto (CND), através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho Consultivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ, IP), através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho Consultivo da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADOP), através do Diretor da Direção, Gonçalo Saldanha;
- Conselho Consultivo da Autoridade Para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), através do Secretário-Geral da Direção, Carlos Dias Ferreira;
- Conselho Nacional para a Integridade no Desporto (CNaID), através do Secretário-Geral da Direção, Carlos Dias Ferreira;
- Comissão Técnica 230 - Ética e Integridade no Desporto, através do Secretário-Geral da Direção, Carlos Dias Ferreira;
- Conselho de Arbitragem Desportiva do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), através do Presidente do Conselho Jurídico, Luís Paulo Relógio e Ana Vital de Melo;
- Conselho de Fundadores e Curadores da Fundação do Desporto, através do Presidente da Direção, Daniel Monteiro;
- Conselho de Administração da Fundação do Desporto, através de Anabela Reis;



- Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAP);
- Confederação Portuguesa de Voluntariado (CPV).

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DESPORTIVA NACIONAL

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pela Pordata, relativos a 2025, Portugal registou 860.886 praticantes desportivos federados, confirmando a evolução positiva da participação no sistema desportivo federado nos últimos anos. Este crescimento representa um sinal positivo para o setor, mas não dispensa uma reflexão aprofundada sobre os níveis de prática desportiva da população portuguesa e a necessidade de continuar a alargar o acesso ao Desporto, em todas as idades e contextos sociais.

O ritmo lento de crescimento do Desporto em Portugal tem colocado o país, irremediavelmente, na cauda dos países da União Europeia, como o país com menor percentagem da população com atividade física ou desportiva regular, tal como reflete o mais recente estudo do Eurobarómetro, apresentado pela Comissão Europeia em 2026.

Estes ténues progressos são justificados pela ausência de reformas estruturais no Desporto nacional, nos últimos anos. Com a(s) receita(s) de sempre, dificilmente poderíamos esperar resultados diferentes.

As alterações normativas e de funcionamento que o setor tem vindo a sofrer foram sendo produzidas de forma parcelar, avulsa e sem integração numa estratégia de fundo de valorização e desenvolvimento do Desporto em Portugal. Da década de 80 para cá, ao transferir as responsabilidades de gestão e organização do Desporto para o movimento associativo, o Estado central foi, progressivamente, afastando-se da gestão estratégica do projeto desportivo do país. E, por consequência, o Desporto foi perdendo peso e relevância social e política.

Se por um lado, com a criação deste novo paradigma de delegação completa dos poderes de organização do Desporto no movimento associativo, as federações desportivas "ganharam" competências e responsabilidades, por outro não lhes foram conferidos os meios técnicos e financeiros necessários para a concretização da missão que o Estado lhes confiou.

O que está em causa não é o modelo de desenvolvimento desportivo, assente na promoção do Desporto pela via associativa e com a sociedade civil a ser o motor dessa dinamização. O que se condena é a delegação dessa responsabilidade nas federações desportivas nacionais, sem que o Estado coordene a implementação de uma política nacional, dotando os agentes associativos dos meios necessários para a conseguir.

O Estado central deixou o movimento associativo, praticamente, entregue à sua sorte, assumindo que com os recursos que lhe destinava o setor conseguia sobreviver. E, na medida do possível, foi conseguindo, à custa, essencialmente, do capital voluntário da grande maioria dos agentes desportivos, das autarquias e das famílias, que se foram substituindo ao Estado central no financiamento do setor.

O que o Desporto não conseguiu foi elevar o nível e adaptar-se aos novos tempos, profissionalizar-se e democratizar-se, ser competitivo e atrativo face a outras atividades entretanto criadas com a era digital e conquistar, definitivamente, as famílias e os mais novos, na ocupação dos seus tempos livres, como elemento insubstituível na Educação, na aprendizagem de valores humanos e na integração social.

A Escola foi negligenciando a atividade física e a prática desportiva, principalmente no 1.º ciclo de escolaridade. E os clubes de índole local, sem recursos, não foram dispondo, de uma forma geral, de uma organização profissional e de técnicos e treinadores qualificados.

Partimos de uma realidade de atividade motora infantil e desportiva juvenil extremamente débil, realidade que se acentua nas etapas seguintes da formação e da preparação desportiva dos praticantes, para não mais se recuperar os défices criados na base.

O Governo apresentou o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo, uma das prioridades políticas apresentadas pela CDP em janeiro de 2024 e, mais tarde, renovada em abril de 2025. Trata-se de um Plano abrangente, que toca em várias das áreas e subáreas do processo de desenvolvimento desportivo, traçando metas e objetivos a médio (4 e 8 anos) e a longo prazo (12 anos). Em articulação com as Federações Desportivas, ***a CDP continuará a acompanhar a implementação deste Plano***, garantindo que o mesmo é desdobrado por modalidade, através das respetivas Federações, e exigindo os recursos necessários à sua implementação.

OS OBJETIVOS E AS REFORMAS QUE SE IMPÕEM

Impõe-se que Portugal construa uma verdadeira política desportiva nacional, assente no princípio básico do Desporto como veículo para o desenvolvimento humano, capaz de responder a ***dois objetivos fundamentais***:

- ***Mais praticantes, formais e informais***, com atividade desportiva segura e de qualidade, de forma regular, transversal a todas as idades, níveis de desempenho e famílias, independentemente da sua situação socioeconómica.
- ***Maior competitividade e melhores resultados nas representações internacionais***, por parte da nossa elite desportiva e seleções nacionais, que lutem de igual para igual com as elites dos outros países.





Estes dois domínios da prática desportiva conjugam a quantidade e a qualidade ou, por outras palavras, o crescimento com o desenvolvimento.

Num país e numa sociedade desenvolvida, estes dois pilares têm obrigatoriamente de coexistir. De nada serve a um país obter grandes resultados desportivos, por via dos seus atletas de elite, se o mesmo não assumir e entender a importância de uma política de democratização de acesso ao Desporto, como veículo de desenvolvimento social e cívico.

Queremos e precisamos, em suma, de mais e melhor Desporto. E isso implica reformar, modernizar e dotar as organizações desportivas de melhores condições, de forma que estas possam oferecer mais e melhor Desporto, sendo, assim, fundamental para 2027:

- ***A construção de um novo modelo de financiamento plurianual do Desporto****, que assegure maior previsibilidade e estabilidade financeira às organizações desportivas, diversifique as fontes de financiamento público e estabeleça critérios de distribuição transparentes, objetivos e ajustados às necessidades e responsabilidades das diferentes estruturas do sistema desportivo.*

Pela abrangência e representatividade que tem, ***a Confederação do Desporto de Portugal assume-se como um dos intervenientes nucleares na relação com o Governo***, exigindo, igualmente, que sejam dadas respostas aos seguintes desafios:

- ***Reforço da dotação financeira destinada ao Desporto***, através da revisão do Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online, com a afetação de 7,5% da receita do Imposto Especial de Jogo Online (IEJO) à criação de um Fundo de Desenvolvimento Desportivo, conforme proposto pela CDP. Esta medida permitirá assegurar um financiamento mais estável e previsível para a atividade regular das federações desportivas, reforçando a capacidade de organização dos quadros competitivos, em particular a nível local e regional, e apoiando a participação internacional das seleções nacionais;
- ***Massificação/democratização da prática desportiva*** devidamente enquadrada, independentemente do género ou da idade, reforçando o papel das federações desportivas, associações, clubes e autarquias neste objetivo;
- ***Valorização progressiva da Educação Física e do Desporto praticado na escola no seio do ensino básico e secundário***, como forma de aumentar a literacia física e motora das nossas crianças e jovens e de definir a escola

como primeiro ponto de contacto obrigatório entre estes e o Desporto;

- ***Maior cooperação entre o Desporto escolar e o Desporto federado***, prevendo a organização de quadros competitivos integrados, de acordo com o nível competitivo, promovendo assim uma participação "mista" (Desporto Escolar e Desporto Federado) em idades de formação;
- ***Valorização do papel dos clubes de base local***, reforçando os programas de financiamento com vista à sua profissionalização, tanto ao nível da gestão administrativa e financeira, como das componentes técnicas;
- ***Implementação do pacote de reforma fiscal***, denominado Propostas de Alteração à Legislação Fiscal Vigente e Aplicável ao Desporto, aprovado em Cimeira de Presidentes de Federações Desportivas, de dia 20 de outubro de 2025, e apresentado ao Governo e aos Partidos políticos;
- ***Reformulação e consequente valorização do papel crucial dos dirigentes desportivos voluntários*** e, desde logo, do DL n.º 267/95 de 18 de outubro;
- ***Transição estável para o pós-carreira dos atletas de alto rendimento***, devidamente salvaguardada através da celebração de contratos sociais com universidades, empresas ou unidades militares e da contratualização com entidades da administração pública, ou da sua esfera, protocolos que sirvam de suporte ao início da carreira profissional dos atletas e/ou à sua continuidade.





VALORIZAR O DESPORTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA E COESÃO SOCIAL

O Desporto afirma-se hoje, cada vez mais, como um pilar essencial da sociedade portuguesa. A sua influência ultrapassa largamente o âmbito competitivo, refletindo-se em áreas tão decisivas como a Saúde, a Educação, a Coesão Social e a Economia. Independentemente de orientações políticas, origens sociais ou sensibilidades culturais, é hoje indiscutível que o Desporto gera valor, cria oportunidades e contribui de forma decisiva para o bem-estar coletivo e para o desenvolvimento do país.

Contudo, essa importância, amplamente reconhecida, continua a não ser traduzida no estatuto político que o setor merece. Falta ainda que o Desporto seja plenamente assumido como uma prioridade nacional, com políticas estruturadas, visão de longo prazo e investimento compatível com o seu impacto social e económico.

Essa é uma reflexão que deve mobilizar todos os agentes desportivos e decisores públicos:

Se o Desporto é uma das maiores forças transformadoras da sociedade, porque continua a ser tratado como uma área complementar?

A Confederação do Desporto de Portugal defende que este é o momento de colocar o Desporto no centro da agenda política e social. Isso implica sensibilizar a opinião pública, demonstrar o retorno do investimento no setor e envolver mais cidadãos, empresas e instituições na sua promoção e defesa. Investir no Desporto é investir na saúde, na educação, na economia e no futuro de Portugal.

Tendo isso em consideração, a CDP pretende desenvolver, em 2027, as seguintes iniciativas:

- ***Revisão do Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário***: a CDP pretende trabalhar, em conjunto com as federações desportivas, numa proposta estrutural, que valorize o papel dos dirigentes benévolos e crie condições para tornar estas funções mais atrativas e compatíveis com a vida profissional e pessoal. Este trabalho deverá considerar as várias dimensões relevantes, nomeadamente fiscal, laboral, social e de reconhecimento e proteção do exercício das funções dirigentes. O plano de construção da proposta prevê um processo de auscultação das federações, levantamento de necessidades e elaboração de um documento fundamentado.
- ***Preparação do Sports Summit 2028***, com o objetivo de promover uma reflexão alargada sobre o modelo de desenvolvimento desportivo que pretendemos ver implementado em Portugal, tendo como referência a excelência no contexto europeu. O evento deverá contar com um *keynote speaker* internacional, capaz de trazer uma perspetiva inspiradora e de estimular essa reflexão, e dar um espaço efetivo de intervenção às federações desportivas. A programação deverá abordar o percurso desportivo nas suas diferentes fases e dimensões: literacia motora e iniciação à prática; educação física e Desporto escolar; articulação entre Desporto escolar e federado; formação desportiva; participação recreativa e Desporto para todos, ao longo da vida; competição e progressão dos atletas; identificação e desenvolvimento de talento; e acesso ao alto rendimento e à excelência internacional. Além disso, deverá também integrar temas transversais, como o associativismo e o voluntariado, a formação e qualificação dos agentes desportivos, as instalações e condições de prática, a inclusão e igualdade de oportunidades, a saúde e segurança, a integridade, o financiamento e a sustentabilidade das organizações.



O DESPORTO PORTUGUÊS PRÓXIMO DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS E DA CPLP

Portugal aderiu às Comunidades Europeias em 1986, iniciando um processo de integração europeia que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do País, em diferentes áreas, através de políticas comuns e de instrumentos de financiamento comunitário.

Pese embora, historicamente, o peso do Desporto nas instituições europeias possa ser classificado de muito ligeiro, os últimos anos vieram inverter essa tendência.

O Livro Branco do Desporto, de 2007, foi considerado como sendo o primeiro documento político da Comissão Europeia sobre o setor, sendo, mais tarde, com o Tratado de Lisboa de 2009 que se introduz um artigo específico sobre o Desporto (Art.º 165 TFUE), que passa a conferir à UE competências legais no domínio do Desporto.

Importa ainda relevar que, em maio de 2011, os Ministros de Desporto da União Europeia adotaram o primeiro Plano de Trabalho (EU Sport Work Plan 2011-2014), sendo criados seis grupos com vista à implementação transversal do mesmo nos diversos subsetores e nas áreas com intervenção no Desporto.

Na atual Comissão Europeia para o período 2024-2029, o Desporto integra novamente o conjunto de responsabilidades atribuídas a um Comissário europeu, Glenn Micallef, cuja pasta abrange a Equidade Intergeracional, a Juventude, a Cultura e o Desporto. Esta representação constitui um sinal da crescente relevância do setor no contexto das políticas europeias.

PROJETOS EUROPEUS, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÃO NA ENGSO

Em 2027, a vertente de cooperação europeia da CDP será marcada pelo arranque de três projetos Erasmus+ aprovados em 2026, desenvolvidos em parceria com organizações de vários países. A participação da CDP incidirá sobretudo na mobilização do movimento associativo, na capacitação, na partilha de práticas e na adaptação dos resultados à realidade nacional.

EQUAL PLAY — Gender Equality & Diversity in Grassroots Sport

Erasmus+ Sport | Parcerias de Cooperação | Projeto n.º 101331612 | Duração: 36 meses | Coordenação: ENGSO.

Dedicado à igualdade de género, diversidade e inclusão no Desporto de base, o projeto procurará traduzir princípios de igualdade e não discriminação em instrumentos e práticas aplicáveis a federações e clubes. A CDP envolverá organizações portuguesas no diagnóstico, desenvolvimento e validação de ferramentas e nas atividades de capacitação. Espera-se que os resultados apoiem o aperfeiçoamento das políticas e procedimentos das organizações desportivas nacionais.

GAMES ACADEMY (GA-WBCC) — Western Balkans Capacity & Certification

Erasmus+ Sport | Desenvolvimento de Capacidades | Projeto n.º 101332175 | 15.01.2027–14.01.2030 | Coordenação: Kosovo Olympic Committee.

O projeto reforçará competências de gestão desportiva, organização de eventos e coordenação institucional no Kosovo e nos Balcãs Ocidentais, no contexto da preparação dos Jogos do Mediterrâneo Prishtina 2030. A CDP será responsável pela liderança do Work Package 3 — Training Delivery and Certification, incluindo a implementação e avaliação de módulos formativos e a validação de competências. Está prevista a realização em Portugal da reunião de lançamento do projeto, valorizando a experiência nacional e a cooperação com organizações da região.

SAFE NET — Building Capacity and Peer Support for Safeguarding Officers in Grassroots Sport

Erasmus+ Sport | Parcerias de Cooperação | Projeto n.º 101331769 | 04.01.2027–03.01.2030 | Coordenação: University of Vic – Central University of Catalonia (UVic-UCC).



Centrado na salvaguarda no Desporto de base, o projeto desenvolverá conteúdos de formação e uma plataforma digital de aprendizagem, colaboração e apoio entre responsáveis de salvaguarda. A CDP participará no diagnóstico, na cocriação e teste dos recursos e na avaliação da plataforma, envolvendo em Portugal 20 responsáveis de salvaguarda de dez organizações. Estão ainda previstas uma ação nacional de formação em Lisboa e uma iniciativa de divulgação, para reforçar a prevenção e a capacidade de resposta das organizações.

Paralelamente, a CDP manterá a participação institucional na European Non-Governmental Sports Organisation (ENGSO), incluindo assembleias gerais, grupos de trabalho, reuniões e fóruns relevantes, beneficiando da representação no Comité Executivo. Procurará ainda estabelecer novas parcerias, promover intercâmbios de conhecimento e identificar oportunidades de candidatura a instrumentos de financiamento europeus, em particular no âmbito do ano de 2027, último do atual ciclo Erasmus+ (2021–2027), e da preparação do período de programação seguinte. A apresentação de novas candidaturas dependerá da definição de prioridades, consórcios e condições dos avisos aplicáveis.

A CPLP E A LUSOFONIA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi estabelecida através da Declaração Constitutiva de 17 de julho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que decorreu em Lisboa. Nessa cimeira reuniram-se Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, como Países fundadores.

O primeiro alargamento da CPLP decorreu da adesão de Timor-Leste, que se tornou o seu oitavo país membro, em 20 de maio de 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono Estado-Membro de pleno direito da CPLP, tendo procedido à ratificação dos Estatutos da Comunidade em 2016.

A CPLP tem três linhas de ação fundamentais: a concertação político-diplomática, a cooperação em diferentes domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa. Nos seus Estatutos, a CPLP é definida como "o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros".

A CPLP assume-se como um projeto político cujo fundamento é a língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Estados-membros, que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo mesmo idioma.

Os Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa foram instituídos em 1990, ao abrigo do Acordo Multilateral de Cooperação para o Desporto entre os países de língua portuguesa, constituindo uma iniciativa que viria a assumir particular relevância no quadro da cooperação desportiva da CPLP, criada em 1996. Tal entendimento foi rubricado a 20 de janeiro, em Lisboa, pelos Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O Brasil esteve presente, mas apenas com o estatuto de observador. Desde então já se realizaram doze edições dos Jogos Desportivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Reconhecendo no Desporto um fator cultural indispensável à formação plena da pessoa humana e consequentemente ao desenvolvimento da sociedade, o surgimento dos Jogos da CPLP veio dar corpo a um dos principais instrumentos da Cooperação na comunidade lusófona. Estabelece o Regulamento dos Jogos da CPLP, que não haverá países vencedores em cada edição do certame, porque quem vencerá será a comunidade. O grande objetivo dos Jogos Desportivos da CPLP (Art.º 11.º Eventos da área do Desporto) é o de reforçar a solidariedade entre os povos dos estados-membros da CPLP.

Desta forma, ***prevê-se a organização da Missão Portuguesa aos XIII Jogos da CPLP, que terão lugar em Angola, em 2027, com as datas a serem reveladas oportunamente pela organização.*** Nesse sentido, a CDP irá preparar e coordenar a participação nacional, em articulação com as federações e restantes entidades envolvidas, bem como os recursos necessários à sua concretização.

Importa ainda destacar a oportunidade de reforçar a participação institucional da CDP na comunidade lusófona, enquanto membro observador da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, estatuto que lhe foi atribuído a 24 de agosto de 2026.





CELEBRAR OS ÊXITOS DESPORTIVOS CONCEDENDO-LHES VISIBILIDADE MEDIÁTICA

Os êxitos dos atletas nacionais e as maiores conquistas do Desporto português constituem um ponto de atração para que cada vez mais cidadãos, de todas as idades, se envolvam com o fenómeno desportivo, seja através da prática, seja como seguidores atentos, acompanhando e vibrando com cada prova, jogo ou competição.

Valorizar e celebrar estas vitórias, assim como reconhecer todos os que se destacam pelo seu contributo ao Desporto – seja na competição ou na criação das melhores condições para que outros possam competir – é uma responsabilidade central da Confederação do Desporto de Portugal.

Neste contexto, é fundamental que a CDP continue a evoluir, acompanhando tendências, modernizando a sua comunicação e profissionalizando a forma como se relaciona com os media, organiza eventos e utiliza os canais digitais, assegurando que a mensagem do Desporto português chega de forma clara, atual e impactante a todos os públicos.

Em 2027, a CDP continuará a reforçar a sua estratégia de comunicação institucional, através da valorização dos canais digitais, do relacionamento com os órgãos de comunicação social e da produção de conteúdos que promovam a atividade das Federações e os êxitos do Desporto português.

Destacamos assim:

- ***A realização da 30.ª Gala do Desporto de Portugal,*** dando continuidade ao processo de valorização e modernização do evento, com especial atenção à atratividade televisiva, à captação de parceiros comerciais e à ampliação da sua projeção pública e mediática;

- Realização da 2.ª edição dos Prémios Voz do Desporto, ***iniciativa que visa distinguir personalidades e entidades indicadas pelas próprias Federações, cujo contributo tenha sido particularmente relevante para o desenvolvimento das respetivas modalidades e do Desporto português, no ano de 2026***;

- Continuidade da ***aposta na comunicação digital da CDP***, acompanhando a atividade e os feitos das Federações Desportivas, dando cada vez mais visibilidade aos méritos alcançados, apostando em novos conteúdos e renovadas estratégias de ativação de marca.







ORÇAMENTO

ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

A Direção da Confederação do Desporto de Portugal preparou este Orçamento de acordo com o Plano de Atividades apresentado e tendo por base os Orçamentos e os Relatórios de Atividades e Contas de anos anteriores.

O presente Orçamento respeita ao ano de 2027 e a sua estrutura segue o quadro de contas do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pela Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Conforme o disposto no artigo 46º dos Estatutos da CDP, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 07 de abril de 2025 e registados em escritura pública de 18 de julho de 2025, a Direção da CDP apresenta à Assembleia Geral de dia 23 de novembro de 2026 o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2027.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Orçamento da Confederação do Desporto de Portugal para 2027 totaliza o montante de 1.606.097,50€ e foi elaborado de acordo com os seguintes fatores:

1. Por imposição estatutária e do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), o orçamento reporta-se ao ano civil de 2027;
2. Foram respeitados os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo e da substância sob a forma, garantindo-se também a comparabilidade e a compreensibilidade das operações;
3. O detalhe das rubricas apresentadas permite a correspondência dos valores entre rendimentos e gastos;
4. A estrutura apresentada vai permitir à Direção da CDP e às suas associadas um melhor controlo, ao longo do ano, das atividades propostas.

RENDIMENTOS E GANHOS

72 – Prestação de serviços

Esta rubrica agrega os serviços prestados pela CDP, com vista à captação de recursos para o cumprimento dos seus objetivos, nomeadamente:

a. Quotizações de filiação;

b. Patrocínios obtidos;

c. Intermediação da atividade de fornecimento de apólices de seguros desportivos.

75 – Subsídios e doações

Nesta rubrica estão considerados os subsídios e os apoios a obter de Entidades Públicas e Outras, nomeadamente as provenientes de Institutos Públicos, Autarquias e Instituições Europeias.

GASTOS E PERDAS

62- Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica respeita aos seguros realizados por conta das associadas e aos gastos gerais administrativos da CDP, detalhando-se por:

a. Subcontratos: Com o objetivo de proporcionar às Federações desportivas as melhores condições de mercado, no acesso e subscrição do seguro de acidentes pessoais, a CDP mantém um Protocolo com a Verlingue - Corretora de Seguros, através do qual assume por conta das Federações, a toma dos seguros dos seus atletas.

A conta de subcontratos agrega o gasto estimado com a subscrição de seguros para o ano de



2027, sendo este gasto debitado às Federações e proporcionando uma contrapartida em rendimentos, na conta 72 – Prestação de serviços.

b. Serviços especializados: Esta rubrica agrega os gastos com serviços externos especializados, nomeadamente os serviços de contabilidade e auditoria, gestão da infraestrutura tecnológica, assessoria jurídica, assessoria de comunicação, serviços de design, serviço de clipping e outros de produção de materiais de divulgação e promoção.

c. Serviços de segurança, manutenção de equipamentos e comissões e taxas bancárias.

d. Materiais: Inclui os gastos com a aquisição de material de limpeza e higiene, material de escritório, jornais, utensílios de desgaste rápido e outros.

e. Energia: Esta rubrica inclui os gastos com eletricidade e consumos de água.

f. Deslocações, estadas e transportes: Esta rubrica agrega os gastos com as deslocações nacionais, realizadas pelo pessoal e pelos Órgãos Sociais, quando ao serviço e em representação da CDP. Inclui, por isso, gastos com alojamento, passagens aéreas, transportes privados e públicos e reembolso de despesas por utilização de viatura própria.

g. Serviços diversos: Esta rubrica inclui os gastos com o aluguer de equipamentos de impressão, softwares e serviços de armazenamento externo, gastos com telecomunicações e serviços postais, seguros e serviços de limpeza e higiene, controlo de pragas e serviços de entregas.

63 – Gastos com pessoal

Esta rubrica inclui os gastos com recursos humanos, nomeadamente os ordenados mensais, férias, subsídios de férias e de Natal, e respetivos encargos sociais, bem como as despesas com o seguro de acidentes no trabalho, seguro de saúde dos trabalhadores e os gastos com os serviços de medicina do trabalho.

68 – Outros gastos e perdas

A rubrica de "outros gastos e perdas" respeita aos gastos relacionados com a atividade da CDP para a prossecução dos seus objetivos.

a. Donativos: Na qualidade de membro fundador, a CDP atribui à Fundação do Desporto uma dotação anual regular, classificada a título de donativo e com enquadramento no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

b. Quotizações: Esta rubrica respeita aos gastos com a filiação nas seguintes entidades: ENGSO, European Fair Play Movement e Confederação Portuguesa do Voluntariado.

c. Gastos com as atividades: Inclui os gastos previstos para:

- A organização de eventos nacionais, tais como a 30.ª Gala do Desporto de Portugal, a 2.ª edição dos Prémios Voz do Desporto, Cimeiras de Presidentes de Federações desportivas, publicações ou projetos, e outras iniciativas integradas na missão estatutária da CDP;
- A continuidade do Programa de Formação Financiada, PESSOAS2030, que visa a formação de ativos para a empregabilidade. Os gastos incluem bolsas de formação aos formandos, honorários dos formadores e da coordenação pedagógica;
- A elaboração e apresentação do Estudo de Impacto Económico do Desporto em Portugal;
- A preparação e participação da Missão Portuguesa nos XIII Jogos Desportivos da CPLP, em Angola, em 2027;
- Participação em três projetos desenvolvidos ao abrigo do programa Erasmus+;
- A gestão do funcionamento do Balcão das Federações e o desenvolvimento e lançamento da plataforma online, designada de Balcão dos Clubes;
- Representações internacionais.





RENDIMENTOS E GANHOS PARA O ANO DE 2027

Conta	Descrição	Orçamento
72	**Prestação de serviços**	**516 654,50 €**
722	**Quotizações de filiação**	**36 020,00 €**
724	**Rendimentos de patrocinadores**	**52 234,50 €**
725	**Serviços secundários**	**428 400,00 €**
7252	Seguros desportivos	428 400,00 €
75	**Subsídios e doações**	**1 089 443,00 €**
751	**Subsídios de Estado e Outros Entes Públicos**	**1 060 220,00 €**
7511	**Contratos Programa Desenvolvimento Desportivo**	**672 300,00 €**
	IPDJ - Programa de Atividades Regulares	232 300,00 €
	IPDJ - Apoio Específico a Evento Desportivo (Jogos desportivos da CPLP)	360 000,00 €
	Autarquias	80 000,00 €
7512	**Estudos e formação**	**227 920,00 €**
7519	**Outros**	**160 000,00 €**
752	**Subsídios de Outras Entidades**	**29 223,00 €**
7522	Subsídios de entidades europeias	29 223,00 €
	Total dos Rendimentos e Ganhos	**1 606 097,50 €**

GASTOS E PERDAS PARA O ANO DE 2027

Conta	Descrição	Orçamento
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	**542 186,32 €**
621	**Subcontratos**	**420 000,00 €**
622	**Serviços especializados**	**65 935,40 €**
6221	Trabalhos especializados	32 349,60 €
6222	Promoção e divulgação	30 285,80 €
6223	Vigilância e segurança	700,00 €
6224	Honorários	2 000,00 €
6226	Conservação e reparação	350,00 €
6227	Serviços bancários	250,00 €
623	**Materiais**	**3 505,92 €**
624	**Energia**	**1 950,00 €**
625	**Deslocações, estadas e transportes**	**15 000,00 €**
626	**Serviços diversos**	**35 795,00 €**
6261	Aluguer de equipamento	6 860,00 €
6262	Comunicação	4 300,00 €
6266	Despesas de representação	15 000,00 €
6267	Limpeza e higiene e conforto	7 335,00 €
6268	Outros serviços	2 300,00 €
63	**Gastos com o pessoal**	**192 874,50 €**
631/2	Remunerações	156 579,88 €
635	Encargos sobre remunerações	32 894,62 €
636	Seguro de acidentes no trabalho	700,00 €
638	Outros gastos com o pessoal	2 700,00 €
68	**Outros gastos e perdas**	**871 036,68 €**
681	**Impostos**	**900,00 €**
688	**Outros**	**870 136,68 €**
6882	**Donativos**	**10 000,00 €**
68821	Fundação do Desporto	10 000,00 €
6883	**Quotizações**	**2 140,00 €**
68831	ENGSO	1 500,00 €
68832	EFPM	520,00 €
68833	Confederação Portuguesa do Voluntariado	120,00 €
6888	**Gastos com as atividades**	**857 996,68 €**
68881	Gala do Desporto	105 000,00 €
68882	Outros eventos	70 940,00 €
68883	Centro de estudos e formação	263 195,00 €
68885	Jogos Desportivos da CPLP	360 000,00 €
68886	Projetos europeus	11 533,68 €
68887	Representações internacionais	6 000,00 €
68888	Balcão das federações e dos clubes	41 328,00 €
	Total dos Gastos e Perdas	**1 606 097,50 €**


A VOZ DO
DESPORTO
CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL